

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2024 e 2023. Colocamo-nos à disposição dos senhores cotistas para esclarecimentos porventura necessários.
Cataguases, 19 de março de 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	497	872
Títulos e valores mobiliários		1.913	1.280
Tributos a recuperar	5	2	12
Dividendos a receber		20.209	20.209
Total Circulante		22.621	22.373
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	5	44	26
Investimentos	6	2.619.777	2.346.575
Total do não circulante		2.619.821	2.346.601
Total do ativo		2.642.442	2.368.974

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em reais)

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições sociais	7	-	2
Dividendos a pagar	8.7	20.397	20.180
		20.397	20.182
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	884.000	754.000
Reserva de capital	8.2	3.038	261.325
Reserva de legal	8.3 e	146.878	118.633
	8.7		
Reserva de lucros	8.4	1.166.966	893.833
Reserva especial de dividendos	8.6	438.260	344.459
Outros resultados abrangentes	8.8	(17.097)	(23.458)
Total patrimônio líquido		2.622.045	2.348.792
Total do passivo e patrimônio líquido		2.642.442	2.368.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Demonstração do Resultado

ITACATU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em reais)

		2024	2023
Resultado de participações societárias:			
Equivalência patrimonial	6	564.689	338.940
Receitas (despesas) operacionais:			
Outras receitas (despesas) operacionais		(22)	(46)
Receitas (despesas) financeiras		235	224
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		564.902	339.118
Contribuição social		-	(1)
Imposto de renda		(4)	(7)
Prejuízo do exercício		564.898	339.110
Prejuízo básico e diluído por quotas - R\$		26,03	15,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do Resultado Abrangente

ITACATU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em reais)

		2024	2023
Prejuízo do exercício		564.898	339.110
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	8.8	6.361	4.093
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		571.259	343.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

ITACATU S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Outras reservas de capital	Reserva de Lucros		Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Outros resultados acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de Lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2023	633.000	209.106	101.677	773.217	304.281	-	(27.551)	1.993.730
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros, conforme AGE de 11/05/2023	8.1	121.000	-	(121.000)	-	-	-	-
Transações entre sócios	8.2	-	49.631	-	-	-	-	49.631
Transações de capital - Instrumento financeiros MTM - reflexo de controlada	8.2	-	1.206	-	-	-	-	1.206
Programa de remuneração variável (ILP) - reflexo	8.2	-	1.382	-	-	-	-	1.382
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	339.110	-	339.110
Proposta de destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva Legal	8.3 e 8.7	-	16.956	-	-	(16.956)	-	-
. Dividendos	8.7	-	-	-	-	(40.360)	-	(40.360)
. Retenção de lucros	8.4 e 8.7	-	-	241.616	-	(241.616)	-	-
. Reserva especial de dividendos	8.6 e 8.7	-	-	-	40.178	(40.178)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	8.8	-	-	-	-	-	4.093	4.093
Saldos em 31 de dezembro de 2023	754.000	261.325	118.633	893.833	344.459	-	(23.458)	2.348.792
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros, conforme AGE de 30/04/2024	8.1	130.000	-	(130.000)	-	-	-	-
Transações entre sócios	8.2	-	(255.704)	-	-	-	-	(255.704)
Transações de capital - Instrumento financeiros MTM - reflexo de controlada	8.2	-	(2.787)	-	-	-	-	(2.787)
Programa de remuneração variável (ILP) - reflexo	8.2	-	204	-	-	-	-	204
Dividendos prescritos reflexos	8.7	-	-	-	-	873	-	873
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais - reflexo	8.7	-	-	-	-	(15)	15	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	564.898	-	564.898
Proposta de destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva Legal	8.3 e 8.7	-	28.245	-	-	(28.245)	-	-
. Dividendos	8.7	-	-	-	-	(40.577)	-	(40.577)
. Retenção de lucros	8.4 e 8.7	-	-	403.133	-	(403.133)	-	-
. Reserva especial de dividendos	8.6 e 8.7	-	-	-	93.801	(93.801)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	8.8	-	-	-	-	-	6.346	6.346
Saldos em 31 de dezembro de 2024	884.000	3.038	146.878	1.166.966	438.260	-	(17.097)	2.622.045

5. Demonstração do Fluxo de Caixa

ITACATU S/A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		564.898	339.110
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	4	8
Resultado de equivalência patrimonial	6	(564.689)	(338.940)
Redução (aumento) dos ativos			
Títulos e valores mobiliários		(633)	2.000
Tributos a recuperar		(8)	20
Outros créditos a receber		-	(1.999)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		-	(3)
Impostos e contribuições sociais		(6)	(7)
Caixa Líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais		(434)	189
Atividades de Investimento			
Recebimento de dividendos		39.546	33.687
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		39.546	33.687
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(39.487)	(33.633)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(39.487)	(33.633)
Variação líquida do caixa		(375)	243
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	872	629
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	497	872
Variação líquida do caixa		(375)	243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ITACATU S/A
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Geração do valor adicionado:			
(-) Despesas operacionais			
Despesas operacionais		(22)	(46)
Valor adicionado bruto		<u>(22)</u>	<u>(46)</u>
Valor adicionado líquido		<u>(22)</u>	<u>(46)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	6	564.689	338.940
Receitas financeiras líquidas		<u>235</u>	<u>224</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>564.902</u>	<u>339.118</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		4	8
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	8.7	39.719	40.360
Lucros retidos	8.3 a 8.7	<u>525.179</u>	<u>298.750</u>
		<u>564.902</u>	<u>339.118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itacatu S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Itacatu S/A (Companhia) é uma sociedade por ações que tem por objetivo social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 19 de março de 2025 os membros da Diretoria em exercício analisaram as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e por unanimidade de votos decidiram por aprovar a publicação das referidas contas da administração e as demonstrações financeiras, para a submissão das mesmas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, recomendando a sua aprovação.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Itacatu que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Itacatu não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizados - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c. **Investimentos** - os investimentos em controlada foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base o patrimônio líquido da controlada na data do balanço;

d. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas, tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22: Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício.

e. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

f. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço, e

g. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and leaseback”
Resolução CVM nº 199/2024 - NBC TG 09 e CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não são efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Itaú	Active fix	100% do CDI	495	872
Caixas e depósitos bancários			2	-
Total caixa e equivalente de caixa - circulante			497	872

5. Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	46	38
Total dos Impostos a recuperar	46	38
Total Circulante	2	12
Total Não Circulante	44	26

6. Investimentos

A Companhia detém o controle acionário da Nova Gipar Holding S/A (66,51% do capital total) que por sua vez detém o controle acionário da Gipar S/A (100% do capital votante e 100% do capital total) e esta detém 62,45% do capital votante e 27,74% do capital total da Energisa S/A.

O investimento na controlada Nova Gipar Holding S/A está contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base o patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Investimentos:

Participação na controlada Nova Gipar:

Controlada	2024								
	Informações sobre a controlada								
	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Nova Gipar	1.374.828	1.105.472	66,51%	3.969.308	30.385	3.938.923	845.579	564.689	2.619.777

Controlada	2023								
	Informações sobre a controlada								
	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Nova Gipar	1.142.828	222.080	67,27%	3.518.334	30.041	3.488.293	503.850	338.940	2.346.575

Movimentação do investimento:

Controlada	2023	Transações entre sócios ^(*)	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial	2024
Nova Gipar	2.346.575	(258.287)	6.346	(39.546)	564.689	2.619.777

Controlada	2022	Transações entre sócios ^(*)	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial	2023
Nova Gipar	1.989.697	54.261	4.093	(40.416)	338.940	2.346.575

(*) A Companhia contabilizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de -R\$258.287 (R\$54.261 em 2023), sendo: (i) perda de R\$266.638 (R\$289.527 em 2023 de ganho) referente percentual na participação da controlada Nova Gipar pelo resgate das ações preferenciais realizado pelo acionista minoritário da Gipar; (ii) R\$10.934 de aumento (R\$237.854 em 2023 de redução) referente as transações com sócios reflexo da controlada Nova Gipar em sua controlada Gipar que controla a Energisa; (iii) R\$204 (R\$1.382 em 2023) aumento referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pela controlada Energisa e (iv) R\$2.787 de perda (R\$1.206 em 2023 de ganho) referente MTM - Instrumento Financeiro.

7. Impostos e contribuições sociais

	2024	2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	1
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	1
Total - Circulante	-	2

8. Patrimônio líquido

8.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado de R\$884.000 (R\$754.000 em 2023), está representado por 21.699 (21.699 em 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$130.000, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva de retenção de lucros, passando o capital social da Companhia para R\$884.000, representado por 21.698.982 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

8.2 Transação de capital - transações entre sócios

	2024	2023
Saldo inicial - 2023 e 2022	261.325	209.106
Transações entre sócios - reflexo ⁽¹⁾	(2.787)	1.206
Efeitos apurados com transações de investimentos de participação em controladas diretas e indiretas ⁽²⁾	(255.500)	51.013
Saldo final - 2024 e 2023	3.038	261.325

⁽¹⁾ Inclui parcela reflexa do percentual de participação da Energisa na controlada Denerge, referente ao instrumento financeiro derivativo - MTM.

⁽²⁾ A Companhia contabilizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ajustes de -R\$255.500 (R\$51.013 em 2023 de ganho), sendo: (i) R\$286.601 de perda (R\$171.392 em 2023 de ganho) de investimentos reflexo da controlada Nova Gipar, realizado pelo acionista minoritário da Gipar; (ii) R\$8.940 (R\$102 em 2023) de ganho referente as transações com investimentos referentes a distribuição de dividendos com sócios reflexo da controlada na Gipar que controla a Energisa; (iii) R\$22.161 de ganho (R\$196.840 em 2023 de perda) referente a mudança de percentual, aumento de capital e recálculo de equivalência reflexo; (iv) R\$78.401 em 2023 de ganho apurado em transações de investimentos de 4.000 Units reflexo da controlada Gipar e (v) R\$2.042 em 2023 de perda referente a compra de ações de exercícios anteriores.

8.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

8.4 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, R\$403.133 (R\$241.616 em 2023) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

Em 30 de abril de 2024 foi capitalizado parte do saldo da reserva no montante de R\$130.000 e utilizado para aumento de capital social da Companhia. O saldo da reserva monta em 31 de dezembro de 2024 R\$1.166.966 (R\$893.833 em 2023).

8.5 Limite das reservas de lucros

A Diretoria destinará para capitalização o excesso das reservas de lucro na próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante de R\$215.000 de parte de reserva de retenção de lucros, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passará para R\$1.099.000, sem alteração da quantidade de ações.

8.6 Reserva especial de dividendos

A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$93.801 (R\$40.178 em 2023), foram destinados a reserva especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76 que, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

8.7 Dividendos

O Estatuto determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado, após as deduções da reserva legal, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	564.898	339.110
Dividendos prescritos - reflexos	873	-
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais - reflexo	(15)	-
Reserva legal	(28.245)	(16.956)
Lucro líquido ajustado	537.511	322.154
Valores pagos no dia 28 de agosto de 2024 - R\$0,93 (21 de agosto de 2023 - R\$0,93) por lote de mil ações ^(1) e 2)	20.180	20.180
Valores a pagar - R\$0,94 por lote de mil ações, vide NE nº 12.1 (Valores pagos no dia 12 e 13 de janeiro de 2024 - R\$0,93) por lote de mil ações ⁽¹⁾	20.397	20.180
Reserva especial de dividendos R\$4,3228 (R\$1,8516 em 2023) por lote de mil ações ⁽¹⁾	93.801	40.178
Total dos dividendos	134.378	80.538
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

⁽¹⁾ Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2024, foi aprovado a destinação dos dividendos referente ao exercício de 2023 no montante de R\$80.538 para pagamento de dividendos, dos quais R\$40.360 foram pagos antecipados e integralmente quitados em 28 de agosto de 2023 e 12 e 13 de janeiro de 2024; e o saldo restante dos dividendos mínimos obrigatórios, equivalente a R\$40.178 destinados para reserva especial de dividendos nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º da Lei n.º 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia; e

⁽²⁾ Em ata de Reunião da Diretoria realizada em 28 de agosto de 2024, foi aprovado a distribuição dos dividendos apurado no balanço levantado até 30 de junho de 2024 no valor de R\$20.180, correspondente a R\$0,93 por ação do capital social. O pagamento foi efetuado no dia 28 de agosto de 2024, com base na posição acionária da Companhia em 30 de junho de 2024.

8.8 Outros resultados abrangentes - reflexo

Em 2024, refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos, reflexo da contabilização no patrimônio líquido da controlada Nova Gipar S/A. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada no exercício de 2024 e 2023.

Movimentação	2024	2023
Saldo inicial - 2023 e 2022	(23.458)	(27.551)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego líquidos de impostos - reflexo	6.361	4.093
Saldo final - 2024 e 2023	(17.097)	(23.458)

Despesas de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	564.902	339.118
Alíquota fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(192.067)	(115.300)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	191.994	115.240
Créditos tributários constituídos no exercício	1	3
Outros	68	49
Imposto de renda e contribuição social	(4)	(8)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%

9. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, aplicações financeiras, avaliadas ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a receber, a Companhia entende não estar exposta a riscos significativos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui e nem operou com instrumentos derivativos.

10. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2024	2023
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	130.000	121.000

11. Eventos subsequentes

11.1 Distribuição de Dividendos

Em Reunião de Diretoria realizada em 19 de março de 2025 foi aprovado pagamento de dividendos no montante de R\$20.397, correspondente a R\$0,9400 por ação do capital social, referente ao exercício de 2024. O pagamento será efetuado a partir de 28 de março de 2025, com base na posição acionária da Companhia na presente data.

ADMINISTRAÇÃO

Ivan Muller Botelho
Presidente

Mauricio Perez Botelho
Diretor

Stella Perez Botelho
Diretor

Ricardo Perez Botelho
Diretor

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0
CPF n° 091.305.627-83